



**ESTADO DO ACRE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DAS POLÍTICAS INDÍGENAS**

Rua Benjamin Constant , N° 856, Primeiro e segundo piso - Bairro Centro, Rio Branco/AC, CEP 69.900-063  
(68) 3224-8786 - [www.sema.ac.gov.br](http://www.sema.ac.gov.br)

**PARECER N°** 99/2021/SEMAPI - DJ/SEMAPI - GABIN  
**PROCESSO N°** 0820.009813.00157/2021-61  
**ASSUNTO:** MINUTA DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM O ARPA

**EMENTA:**

## **I – DO RELATÓRIO**

Vem ao exame deste Departamento Jurídico solicitação de análise e parecer a respeito da minuta de Acordo de Cooperação Técnica com o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO com interveniência do Ministério do Meio Ambiente - MMA no contexto do Programa ARPA.

Instruem os autos do processo administrativo os seguintes documentos:

1. Solicitação ACT ARPA FT (2283171);
2. Documento ACT ARPA FT ACRE (2283173); e
3. Plano Plano de trabalho ARPA FT ACRE (2283174).

**É o que importa relatar. Opino.**

## **II – DA ANÁLISE JURÍDICA E FUNDAMENTAÇÃO**

Preliminarmente, destaque-se que a presente análise leva em conta estritamente as informações e documentos constantes dos autos do processo em epígrafe, não cabendo a este departamento jurídico analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa, mas prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico.

A demanda posta em análise não guarda grande complexidade e se resume ao atendimento do que dispões a Lei n° 8.666/93, posto que o Termo de Cooperação deve cumprir o seguinte:

Art. 116. Aplicam-se as disposições desta Lei, no que couber, aos convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres celebrados por órgãos e entidades da Administração.

§ 1º A celebração de convênio, acordo ou ajuste pelos órgãos ou entidades da Administração Pública depende de prévia aprovação de competente plano de trabalho proposto pela organização interessada, o qual deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

I - identificação do objeto a ser executado;

II - metas a serem atingidas;

III - etapas ou fases de execução;

IV - plano de aplicação dos recursos financeiros;

V - cronograma de desembolso;

VI - previsão de início e fim da execução do objeto, bem assim da conclusão das etapas ou fases programadas;

VII - se o ajuste compreender obra ou serviço de engenharia, comprovação de que os recursos próprios para complementar a execução do objeto estão devidamente assegurados, salvo se o custo total do empreendimento recair sobre a entidade ou órgão descentralizador.

**§ 2º Assinado o convênio, a entidade ou órgão repassador dará ciência do mesmo à Assembléia Legislativa ou à Câmara Municipal respectiva.**

§ 3º As parcelas do convênio serão liberadas em estrita conformidade com o plano de aplicação aprovado, exceto nos casos a seguir, em que as mesmas ficarão retidas até o saneamento das impropriedades ocorrentes:

I - quando não tiver havido comprovação da boa e regular aplicação da parcela anteriormente recebida, na forma da legislação aplicável, inclusive mediante procedimentos de fiscalização local, realizados periodicamente pela entidade ou órgão descentralizador dos recursos ou pelo órgão competente do sistema de controle interno da Administração Pública;

II - quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais de Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução do convênio, ou o inadimplemento do executor com relação a outras cláusulas conveniais básicas;

III - quando o executor deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pelo partícipe repassador dos recursos ou por integrantes do respectivo sistema de controle interno.

§ 4º Os saldos de convênio, enquanto não utilizados, serão obrigatoriamente aplicados em cadernetas de poupança de instituição financeira oficial se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização dos mesmos verificar-se em prazos menores que um mês.

§ 5º As receitas financeiras auferidas na forma do parágrafo anterior serão obrigatoriamente computadas a crédito do convênio e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas do ajuste.

§ 6º Quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do convênio, acordo ou ajuste, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à entidade ou órgão repassador dos recursos, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena da imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão ou entidade titular dos recursos.

Compulsando a análise das minutas apresentadas, tanto a do termo quanto a minuta do plano de trabalho, verifica-se que há a indicação bem definida do OBJETO, METAS e OBRIGAÇÕES DOS PARTÍCIPES.

Outrossim, quanto ao plano de aplicação de recursos financeiros, encontra-se bem definido incluindo inclusive o Ministério do Meio Ambiente como interveniente e responsável pela operacionalização administrativa daquilo que diz respeito as obrigações de aplicação do recurso, cabendo a SEMAPI o acompanhamento e execução direta.

### III- DA CONCLUSÃO

Ante o exposto, opinamos favoravelmente pela assinatura do respectivo Termo de Cooperação Técnica, desde que, o Plano de Trabalho seja aprovado pela autoridade superior desta SEMAPI.

S.M.J., esta é a manifestação.

Rio Branco/AC, 08 de outubro de 2021.



[Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018.](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **2480868** e o código CRC **8ED5A390**.

Referência: Processo nº 0820.009813.00157/2021-61

SEI nº 2480868